

O LAZER NA FORMAÇÃO DE AGENTES SOCIAIS DO PROGRAMA ESPORTE E LAZER DA CIDADE

André Henrique Chabaribery Capi¹
Aniele Fernanda de Assis²
Karine Barbosa de Oliveira³
Marcília de Sousa Silva⁴
Marie Luce Tavares⁵
Sheylazarth Presciliana Ribeiro⁶

PALAVRAS-CHAVE: Lazer; Formação Profissional; Políticas Públicas; PELC.

INTRODUÇÃO

Podemos identificar propostas que tratam do esporte e lazer em diferentes níveis de atuação da gestão pública, e com diferentes enfoques já que encontramos ações nos órgãos federais, estaduais e municipais. No âmbito do governo federal destacamos o Programa Esporte e Lazer da Cidade (PELC), desenvolvido pela Secretaria Nacional de Esporte, Educação, Lazer e Inclusão Social (SNELIS) do Ministério do Esporte.

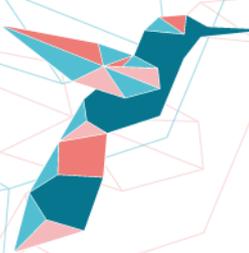
O Programa Esporte e Lazer da Cidade possui abrangência nacional e visa fomentar políticas públicas e sociais que atendam à demanda por lazer da população, sobretudo daquelas em situações de vulnerabilidade social.

Nesse desenho da política pública outra ação do Programa Esporte e Lazer na Cidade é a Formação dos Agentes Sociais do PELC. Compreende-se que esses agentes sociais são protagonistas no desenvolvimento e na implantação da política e por essa razão a formação visa qualificar a execução, no sentido de construir junto à população atendida uma relação autônoma, crítica e protagonista no campo do esporte e do lazer. Vem sendo realizada por formadores selecionados pela Universidade Federal de Minas Gerais em parceria com o Ministério do Esporte de forma modular: módulos introdutórios (I e II), Formação em serviço e módulos de avaliação (avaliação 1 e 2).

Os conteúdos desenvolvidos nesse processo de formação se relacionam as questões referentes aos princípios e diretrizes do Programa, aos conceitos (esporte, lazer, cultura, políticas públicas e sociais, animação cultural) e as metodologias de trabalho (educação popular, planejamento das atividades). Participam dessas formações os gestores, coordenadores e agentes sociais dos convênios firmados, que podem ser formados ou estagiários de diferentes áreas do conhecimento, bem como agentes oriundos das próprias comunidades onde o projeto é desenvolvido.

Essas questões nos fazem pensar que por trás do Programa Esporte e Lazer da Cidade há um currículo. E, partindo do entendimento de currículo como um texto cultural de ordenação simbólica do mundo, um artefato sempre envolvido com relações de poder, é fundamental compreender as relações entre currículo e políticas sociais com a intenção de compreender que tipo de conhecimentos se ensina e que sujeitos pretende-se formar.

Assim, destacamos a importância de uma análise dos currículos dessas políticas públicas de lazer sob a luz dos estudos culturais para o entendimento amplo de determinados processos presentes nesse setor, já que para alguns autores como Giroux (2003) a teorização dos estudos culturais pode ser visualizada como uma forma de política prática.



OBJETIVOS

O objetivo desse estudo foi descrever e analisar o(s) conteúdo(s) sobre lazer que é(são) disseminado(s) nas propostas de formação do PELC, bem como identificar autores e práticas implícitos nesse processo.

METODOLOGIA

Este estudo combinou as pesquisas bibliográfica e documental. Em especial, a pesquisa documental foi realizada com base nas Programas de Formações entregues pelos formadores do Programa.

Foi utilizado o programa Nvivo 10 para a identificação e análise de termos referentes ao lazer nos documentos que são parte do PELC e 51 programas de formações realizadas no período de julho de 2013 a junho de 2014 realizadas nas cinco regiões do Brasil. O tratamento dessas informações foi baseado na análise de conteúdo.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

É preciso destacar que as programações analisadas apresentam coincidências no referencial teórico que dão suporte às abordagens de lazer. Percebe-se a utilização das produções contemporâneas e de autores nacionais sobre a temática, como Vitor Melo, Edmundo Alves Júnior, Nelson Carvalho Marcellino, Christianne Luce Gomes, Leila Pinto.

De forma geral, o referencial teórico utilizado aborda o lazer como uma manifestação cultural que pode ser concebida à luz de diferentes abordagens conceituais. As abordagens caminham para o entendimento do lazer na dimensão da cultura que pode configurar-se como um campo onde as pessoas podem mediar a vida cotidiana pelo uso de linguagens e outros recursos.

Nas programações das formações identificamos elementos que estabelecem diálogo entre os conteúdos e as estratégias abordadas nos módulos de formação com o direito ao lazer. Essa abordagem apresenta uma intenção de sensibilizar os agentes sociais e os gestores dos convênios que essa manifestação é um direito de todos e que o objetivo do programa é democratizar o acesso do lazer e do esporte recreativo visando um processo educativo para a cidadania e emancipação humana.

No universo de 51 programações analisadas, foi observado que 28 dialogavam com a concepção do lazer como direito, conforme previsto nas diretrizes do programa. Tais programações abordavam a Constituição Federal como ferramenta para o debate a respeito dos direitos sociais e a garantia deles pelo Estado.

Na efetivação da política existe a necessidade de mobilização de orçamento, equipamentos, recursos humanos para a execução das práticas nas comunidades. Esses elementos compõem o escopo de temáticas debatidas nas formações, principalmente dos módulos avaliativos.

Ademais, observa-se, principalmente, nos módulos introdutórios de formação, uma ênfase na compreensão dos princípios do PELC e na construção do ideário de participação política a partir da realidade local. Essa temática se faz presente nas programações, porque existem as orientações para os seguintes temas Auto-organização comunitária; Trabalho coletivo; Intergeneracionalidade; Fomento e difusão da cultura local; Respeito à diversidade; Intersetorialidade; Municipalização (BRASIL, 2013, p.14).

No planejamento das formações percebe-se que há um processo de consolidação dos princípios da política, entendendo que, em certa medida, as temáticas programadas são



efetivadas na prática. Pensar o lazer como objeto de política indica o estabelecimento de relações com esses diversos princípios e não somente como uma atividade em si. O lazer carece de entendimento numa perspectiva crítica e não conformista, em termos de valores e funções, visto que possibilita a compreensão da realidade em níveis mais complexos, enriquecendo o espírito crítico.

No contexto de 32 programações analisadas, o lazer foi abordado de forma direta como processo de intervenção no contexto da realidade social. Essa perspectiva dialoga com os conteúdos elencados nessas programações e há uma aproximação com a estratégia de animação cultural dos referenciais teóricos utilizados.

A discussão da relação lazer e educação é outro conteúdo utilizado nas formações dos agentes sociais que pode contribuir com o debate para fomentar essas questões centrais do programa. A abordagem do lazer nessa perspectiva apresentou-se explicitamente em 10 programações que citavam os temas Lazer e Educação e Educação pelo e para o lazer.

CONCLUSÕES

Os princípios constituintes das Diretrizes do PELC são contemplados nos programas de formação por meio das concepções de lazer como direito social, como promotor da participação política e fortalecimento da condição de cidadão. Há, ainda, confluência entre os documentos pesquisados no que diz respeito ao entendimento do caráter educativo do lazer que possibilita processos de intervenção visando a construção de novos olhares para a realidade social e possibilidades de mudanças na dinâmica da vida prática. Por fim, foi possível perceber a centralidade desse conceito para o Programa, tendo em vista que esse é um tema que compõe todas as Programações analisadas nesse estudo.

REFERÊNCIAS

- BRASIL. **Programa Esporte e Lazer da Cidade - PELC**. Orientações para implantação. Diretrizes Edital 2013. Brasília: Ministério do Esporte, 2013.
- GIROUX, H. **Atos impuros: a prática política dos estudos culturais**. Porto Alegre: Artmed, 2003.

¹ Doutorando do Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer da UFMG. andrechacapi@ig.com.br

² Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer da UFMG. anieleassis@yahoo.com.br

³ Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Estudos do lazer da UFMG. karine3001@hotmail.com

⁴ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer da UFMG. marciliasousasilva@yahoo.com.br

⁵ Mestre em Lazer pela UFMG. Docente do Instituto Federal de Minas Gerais – Campus Ouro Branco. marieufv@yahoo.com.br

⁶ Doutoranda do Programa de Pós Graduação em Estudos do Lazer da UFMG. sheylazarth@hotmail.com

FONTES DE FINANCIAMENTO

Pesquisa financiada pelo CNPq sob coordenação do Prof. Hélder Ferreira Isayama.

Financiamento da Fapemig por meio da modalidade: Participação Coletiva em Eventos de Caráter Científico e Tecnológico